EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA DE CONSCIENTIZAÇÃO JURÍDICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Autor(res)

Jéssica Garcia Da Silva Maciel
Thays Teixeira De Freitas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

A educação em direitos humanos é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e desinformação jurídica, é essencial que as escolas públicas desempenhem um papel ativo na formação crítica dos estudantes. Este trabalho discute a importância da inserção de conteúdos jurídicos básicos no currículo do ensino médio, como forma de promover a conscientização sobre direitos fundamentais, deveres civis e mecanismos de acesso à justiça.
Ao proporcionar aos jovens o conhecimento acerca da Constituição Federal, dos direitos humanos e da legislação básica que rege a vida em sociedade, a escola contribui para a construção de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos. Essa iniciativa fortalece o senso de responsabilidade individual e coletiva, ao mesmo tempo em que combate a exclusão social e a vulnerabilidade jurídica que afetam milhões de brasileiros.

Objetivo

Analisar a relevância da educação em direitos humanos no ambiente escolar, propondo estratégias pedagógicas para a conscientização jurídica de estudantes do ensino médio da rede pública.

Material e Métodos

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando autores clássicos e contemporâneos da área dos direitos humanos, além de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes da ONU sobre educação em direitos humanos. A análise também considerou dados estatísticos sobre o conhecimento jurídico da população jovem no Brasil, com base em relatórios de organizações educacionais e institutos de pesquisa.

Resultados e Discussão

A análise revelou uma lacuna significativa na formação jurídica básica dos estudantes do ensino médio. A maioria desconhece direitos fundamentais previstos na Constituição, como o direito à igualdade, à liberdade de expressão e ao devido processo legal. A ausência de um componente curricular voltado à cidadania jurídica limita a capacidade dos jovens de exercerem seus direitos de forma plena. Estudos mostram que iniciativas escolares que incluem debates sobre temas como racismo, violência de gênero, direitos do consumidor e ética pública

contribuem para o fortalecimento da consciência social e do pensamento crítico.
A proposta defendida neste trabalho é a criação de um módulo interdisciplinar de educação jurídica nas escolas públicas, com conteúdos adaptados à realidade dos estudantes e ministrados por professores capacitados, preferencialmente em parceria com profissionais do Direito ou ONGs especializadas em direitos humanos.

Conclusão

A educação em direitos humanos no ensino médio é essencial para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Ao integrar noções jurídicas ao cotidiano escolar, é possível combater a desinformação, promover a inclusão social e fortalecer a cultura democrática. A proposta apresentada neste trabalho visa contribuir para uma escola mais cidadã e uma juventude mais preparada para o exercício pleno de seus direitos e deveres.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 2023.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2018.
FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2022.